



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 13

Sessão Extraordinária Junho

Realizada em 15/06/2022

Aos quinze dias do mês de Junho do ano dois mil e vinte dois, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, na sede da Assembleia Municipal, na Avenida Dr. Lourenço Peixinho n.º 4, em Aveiro, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Manuel Souto de Miranda, secretariado pelas Primeiro Secretário Maria Arminda Rodrigues de Sousa Correia e Segunda Secretário Maria Cristina Macedo da Costa e Veiga e com a presença dos vogais, Manuel José Prior Pedreira Neves, Jorge Manuel Carvalho Moreira Caetano, Filipe Nuno Pereira Fernandes Tomaz, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Casimiro Simões Calafate, Maria Teresa Fernandes Pires, Catarina Marques da Rocha Barreto, Nelson Alexandre Dias dos Santos, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes e Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Daniela Carla Sousa Pinto, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Miguel António Costa da Silva, Sara Alexandra Reis da Rocha, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Joana de Oliveira Teixeira, Jorge Manuel Correia Girão, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Sílvia Fernandes Ribau, Carlos Gabriel Pires Morgado Bernardo, Carlos Francisco da Cunha Picado, Ana Maria Pinho Seiça Neves Ferreira, Pedro Machado Pires da Rosa, Sara Sandra Resende Tavares, Lúcia Maria Ribeiro Borges, Gonçalo Alves de Sousa Santinha, Arlindo José Vieira Tavares, João Miguel Pereira de Almeida, António José Jesus Monteiro, João Miguel Moniz Laranjeira Silva, e Joana Catarina da Silva Vaz Serra Lima.[001](#)

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião da sessão.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, o vice-Presidente Rogério Paulo dos Santos Carlos, e os Vereadores Ana Cláudia Pinto Oliveira, Luis Miguel Capão Filipe, Teresa de Jesus Lourenço Dias Grancho, Manuel Oliveira de Sousa, Joana da Fonseca Valente, Fernando Manuel Martins Nogueira. Faltou o Vereador João Filipe Andrade Machado.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos Vogais, Joana Filipa Ramos Lopes, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Filipe Jorge de Mendonça Santos de Andrade Ramos, Pedro Manuel Ribeiro da Silva, Marta Elisa dos Santos Dutra, Rita Alexandra Monteiro Baptista, e David Filipe Ramos Silva, pelos sucedâneos nas listas de candidatura, respetivamente, Jorge Manuel Carvalho Moreira Caetano, Joana de Oliveira Teixeira, Sílvia Fernandes Ribau, Lúcia Maria Ribeiro Borges, João Miguel Pereira de Almeida, António José Jesus Monteiro, e Joana Catarina da Silva Vaz Serra Lima.

Também e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Henrique da Rocha Vieira, e António Augusto da Cruz Aguiar, se fizeram substituir nesta reunião da sessão por Daniela Carla de Sousa Pinto, e Arlindo José Vieira Tavares, respetivamente.[003](#)

Os sucedâneos nas listas de candidatura, Rui Filipe de Oliveira Teixeira, Andreia Patricia Pereira da Fonseca, Eduardo Gonçalo Silva Antunes, Celme Cristina de Jesus Tavares, Virgínia Maria Melo Matos, e António Manuel Santos Salavessa, pediram escusa.

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

Continuando leu a “*Ordem-do-Dia*” constante da convocatória para esta Sessão Extraordinária em Junho, cujos pontos se transcrevem.

Ponto 1 – Apreciação e votação da proposta de concessão de exploração do bar-esplanada do Cais da Ribeira de Esgueira;

Ponto 2 – Apreciação e votação da proposta de concessão de exploração do restaurante do Centro de Congressos de Aveiro;

Ponto 3 – Apreciação e votação da proposta de concessão da gestão e exploração do Mercado José Estevão, em Aveiro.

(As sessões, nos termos regimentais, têm como suporte o registo áudio de todas as intervenções)

Ponto 1 – Apreciação e votação da proposta de concessão de exploração do bar esplanada do Cais da Ribeira de Esgueira.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública, realizada em 02/06/2022, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata).

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra⁰⁰⁴ ao Presidente da Câmara para apresentação dos documentos em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁰⁵

“Obrigado Senhor Presidente. Boa tarde a todos. Senhor Presidente eu farei uma única apresentação dos três pontos, eles têm alguma similitude. Eu referenciarei as suas diferenças e não farei ponto de introdução no segundo e terceiro.

Esta nossa decisão de trazer, enfim aprovar na Câmara e trazer à Assembleia Municipal estas três concessões, enfim, duas delas não têm nada de novo. Apenas voltamos à matéria com algumas nuances que referenciarei. Mas enfim, queríamos muito já cá termos voltado porque os processos que deliberámos não tiveram sucesso. Obviamente sofreram o abalroamento provocado pela pandemia e, portanto, não faria qualquer sentido nós termos lançado estes processos durante os anos de 2020 e 2021.

Portanto entendemos que estamos já numa fase clara e forte, até de retoma da atividade económica, nomeadamente nesta área do turismo, arredondamos a conversa chamando-lhe assim. Sabemos dos problemas que existem também, nomeadamente esse problema que se está a tornar muito complexo para as empresas que é ter recursos humanos para fazer a gestão das operações, mas, enfim, é a nossa perspetiva que esse problema não terá uma solução próxima e fácil. E, portanto, entendemos que este era o tempo para virmos voltar a perguntar ao mercado se está interessado na concessão do restaurante do centro de congressos, e também do edifício do cais da Ribeira de Esgueira.

Perguntas que, repito, fizemos no passado. O que é que há de novo o que é que há de diferente? No que respeita ao restaurante do centro de congressos, basicamente, baixámos para 1500 euros a renda que se exige, mantivemos a carência, fixámos o prazo de concessão em 10 anos e que damos o direito de exclusividade no espaço. Enfim, com uma nuance que o

caderno de encargos referencia para que os utilizadores do Centro Congresso tenham que usar os serviços do nosso concessionário sempre que precisam dessa tipologia de serviço.

E, por outro lado, colocámos também o bar do centro de congressos, na estrita condição de bar de apoio de serviço às entidades que estão a utilizar o Centro de Congressos. Portanto aquela malfadada fase de bar da noite, obviamente, isso não é para repetir.

Mas temos consciência que muitas vezes, para muitas atividades que há no Centro de Congressos, falta esse serviço de bar que é muito útil, muito necessário para muitos dos eventos. Portanto, estas são as alterações que trazemos nesta proposta em relação àquela que foi a nossa deliberação anterior.

No que respeita ao cais da Ribeira de Esgueira, enfim, basicamente, a única alteração é a de redução do valor base da renda de 500 para 300 euros e também a fixação do prazo em 10 anos.

Dizemos que, em relação ao cais da Ribeira de Esgueira que já tivemos vários indicadores de interessados num processo desta natureza, depois também de se ter gorado não só o concurso anterior como um acordo que teve muita maturidade, com o agrupamento dos Escuteiros de Esgueira, mas depois entendeu na reta final desse processo, entendeu o agrupamento que não tinha condições de fazer um serviço com a devida qualidade e desistiu. Portanto essas são as nuances que este processo tem.

O que há de novo é o ponto terceiro da ordem de trabalhos. Enfim, como sabeis, nós temos naquele edifício, enfim, popularmente conhecido como mercado do peixe, nós temos no primeiro andar uma concessão de Restaurante que já tem vários anos e que já teve também processos de prorrogação por força da pandemia e, que, recebeu recentemente também mais uma prorrogação e aí definitivamente a última, até ao próximo dia 30 de Setembro.

Obviamente aqui temos uma expectativa elevada de ter concorrentes neste concurso que, além da componente do restaurante que queremos manter e o caderno de encargos assim o obriga, entregamos ao rés-do-chão uma nova utilização.

Utilização de esplanada coberta, com a possibilidade de se instalar 4 postos de venda, 4 quiosques de produtos locais e da gastronomia. É uma utilização de esplanada de acesso público, com o regime idêntico àquele que é o regime de cedência de espaço público para uma esplanada.

Fazemos uma reserva de 10 dias para eventos municipais ou dos nossos parceiros. Portanto ficamos com o direito de reservar esse espaço durante os 3 dias para o São Gonçalinho, um dia para uma festa qualquer, uma exposição que a Câmara queira fazer, o que quer que seja. Entregamos a obrigação de gestão dos sanitários públicos que integram este edifício também ao concessionário. E, obviamente, valorizamos muito, embora isso acontece também nos outros dois concursos, a qualidade da proposta. O que é que cada concorrente nos vai propor e essa componente tem uma valorização relevante ou de 50 ou de 60%, nestes 3 concursos, dado que para a Câmara é importante a renda, pois com certeza que sim, mas tem que haver uma renda com certeza, porque é uma solução privada de um bem público, mas temos muito mais interesse na qualidade daquilo que se vai fazer. Do serviço que se vai prestar nestes 3 edifícios municipais.

E, portanto, é neste quadro que lançamos esta operação. Entendemos também por questões de comunicação, vamos ter uma campanha publicitária, podemos dizer assim, está a ser ultimada. Vamos ter uma campanha publicitária para, enfim, chamarmos a atenção do mercado para temos concorrentes, obviamente destas coisas, quanto mais concorrentes melhor como é lógico. E entendemos que o exercício conjugado de comunicação de publicidade do marketing destas 3 concessões ajuda-as entre si.

Portanto, entendemos também que esta esta opção que tomámos da ser na mesma reunião de câmara, ser na mesma assembleia municipal, e na mesma operação publicitária, vai promover estes 3 concursos é útil para chamar atenção do mercado.

E também numa altura boa que esta altura que estamos a viver, em que as empresas obviamente têm muita atividade e percecionam de forma mais fácil estas operações desta tipologia. Isto assim têm tudo para ter sucesso naquilo que respeita à sua expressão comercial e, obviamente, também queremos muito que sejam fatores distintivos da oferta de serviços no município e, obviamente, na oferta de serviços que prestamos aos nossos concidadãos nestes edifícios. Enfim, com uma referência muito específica para o Centro de Congressos, pela importância enorme que tem na atratividade de empresas privadas, de associações profissionais, enfim, todo um vasto conjunto de clientes que já temos e queremos continuar a conquistar, enfim, mantendo a Câmara uma determinação muito forte em aumentar a área do Centro de Congressos, com a saída dos serviços municipais que não fazem ali coisíssima nenhuma, só atrapalham e retiram espaço ao Centro de Congressos que tanto precisa de mais espaço para os clientes que já temos e para tantos outros que não conseguimos ter, porque não temos mais espaço para lhes facultar, seja para fazer exposições, para fazerem salas complementar de reuniões, almoços e jantares, refeições, enfim todo um conjunto de atividades que além do mais já ali se fizeram noutra tempo em que os nossos serviços não ocuparam toda a área. Mas enfim, as circunstâncias da ocupação provisória dos nossos serviços provocou aquilo que temos hoje e sabeis bem dessa determinação, mas é preciso continuar esse trabalho e essa frente.

Mas entendemos que não podemos deixar sem este tipo de serviços os nossos clientes. Temos um edifício excelente, com boas condições, muito bem localizado. E este serviço de restauração e de bar faz imensa falta aos nossos clientes. Também faz alguma falta aos funcionários municipais, mas não é por aí que está nem a justificação desta operação nem muito menos aquilo que possa ser a rentabilidade de uma operação comercial da empresa que venha a ganhar este concurso. E, portanto, é neste quadro Senhor Presidente que trazemos estes três pontos à Assembleia Municipal para a sua ponderação, estando eu obviamente ao dispor para participar no debate. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal Sílvia Ribau (PPM) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[007](#)

“Boa tarde. Obrigada. Consideramos que é de grande importância avançar com este procedimento. Permitir dar aos utilizadores dos passadiços que estão integrados na grande rota da Ria de Aveiro, lançada pela Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro com a finalidade de aumentar os utilizadores destes percursos ao ar livre. Assim consideramos que uma estrutura de apoio com esplanada é imprescindível visto o número previsível de utilização que vai ter este espaço.

Assim o PPM considera que as peças apresentadas no âmbito deste documento estão adequadas no sentido de incentivar também a dinâmica em termos de aceitação de propostas e assim damos um voto favorável a este ponto.”

Vogal Gabriel Bernardo (CHEGA) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[008](#)

“Boa noite Senhores Presidentes da Câmara e da Assembleia, Senhores deputados municipais, senhores Presidentes de junta de freguesia e restante público presente. Relativamente à concessão do bar esplanada do cais da Ribeira de Esgueira, temos algumas observações a dirigir ao senhor presidente da Câmara. Eu tinha já uma primeira pergunta preparada, que é o que ia ser feito relativamente a 2019. O senhor presidente da Câmara já respondeu essa pergunta, portanto desceram a renda de 500 para 300 euros.

No entanto temos outros comentários a fazer. Este bar esplanada e um bar com uma clientela claramente sazonal. Ele terá com certeza muito mais clientes no Verão que no Inverno. No entanto o contrato, pelo que percebemos, obriga o concessionário ao pagamento de todos os

meses, todos os meses do ano, ao longo de 10 anos. Não será este um fator altamente desmotivador para um potencial concorrente. Claro que se pode argumentar que o baixar a renda vai compensar, poderá como que ajudar a compensar ou seja, poderíamos ter uns contratos sazonais com renda mais alta ou um contrato ao longo do ano com renda mais baixa ainda.

Mas mais que ter um contrato ao longo do ano, temos o acréscimo adicional de pagar um salário, no mínimo, um funcionário, para lá estar a tempo inteiro. E, portanto, a nossa pergunta era se não foi equacionada a hipótese de fazer contratos sazonais ou se há algum impedimento legislativo que o impeça. Era uma pergunta que tínhamos para fazer.

Depois, obviamente, tratando-se de um bar que é especialmente apetecível no verão julgamos que teria sido importante ter feito este concurso para este bar em particular mais cedo. Portanto estamos agora já a começar o Verão, portanto o concurso quando estiver concluído, já estamos no final do Verão. Portanto também gostávamos de saber porque é que se deveu este atraso que não foi equacionado mais cedo este concurso para este bar em particular.

Feitas estas observações, temos uma outra questão menor. É exigido ao concessionário disponibilização de 5 bicicletas para passeios turísticos. São estas bicicletas as Bugas, são gratuitas? Porque não permitir ao concessionário eventualmente a exploração deste tipo de rentabilização das bicicletas? Pelo menos aí ele teria mais preocupação com o bom estado das bicicletas, mas pronto. Nós, obviamente, pelo interesse de todo este projeto, obviamente votaremos a favor da proposta. Tenho dito. Muito obrigado.”

Vogal João Moniz (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[009](#)

“Obrigado Senhor Presidente, antes de mais saudar todos os presentes e a quem nos está a assistir.

Sobre a proposta da concessão da exploração do bar. Apesar de muitos destes meus considerandos se aplicam a todas as propostas que estamos a discutir aqui. O Bloco de Esquerda não encontra, por princípio, no abstrato, a atribuição de licenças delimitadas no tempo na exploração por privados deste tipo de espaços comerciais.

O problema é depois os detalhes dessas concessões e dessas atribuições das licenças. Isto quando nós vamos olhar para o histórico da Câmara Municipal, desta Câmara Municipal e deste executivo nesta matéria o que nós vemos é muitas vezes cadernos de encargos feitos nos mínimos, principalmente no que toca a questões de responsabilidade social, a questões de por exemplo de prevenção e já que estamos aqui a falar de uma matéria específica, que incide especialmente no setor da hotelaria e da restauração, um setor que está, infelizmente, que vive uma crise de recursos humanos, principalmente pelas más práticas laborais que são praticadas nesse setor, pela política de baixos salários que é praticada no setor, pela precariedade que reina nesse setor, consideramos que esta questão da responsabilidade social de medidas ou de exigências, ou de previsos, sobre matéria laboral são especialmente importantes.

E depois, no caso da Ribeira de Esgueira acresce as questões de responsabilidade ambiental. Que nós consideramos que deveriam ser mais intensas e mais rígidas do que aquelas que são. Por exemplo, devia haver considerações sobre a proibição de venda de produtos com garrafas de plástico ou material descartável, tendo em conta a zona em que este espaço se encontra.

Portanto há ali questões que nós consideramos que deviam estar mais salientes no contrato. Especialmente, aqui neste caso da Ribeira de Esgueira até podia haver, por exemplo, uma outra função para além do bar. Por exemplo que aquele espaço tivesse ali uma função de sensibilização ambiental de educação ambiental, providenciar esse tipo de serviços e apoios.

Mas nós não vemos nada disso no caderno de encargos. O que nós vemos é os mínimos dos mínimos.

E, portanto, tendo em conta estes dois pontos, o Bloco de Esquerda não pode senão votar contra, tendo em conta a ausência destas matérias no caderno de encargos. Disse.”

Vogal Ernesto Barros (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[010](#)

“Boa tarde a todos. Neste ponto eu apenas tenho a dizer que acho que isto virá a ser uma prova de sucesso do que vai lá acontecer. Porque realmente o cais da Ribeira de Esgueira tem realmente condições para funcionar ali um bar equilibrado. E quando falo de um bar equilibrado é das pessoas que lá estão conscientes do bar que ali vão montar. Em que haverá o civismo para manter a qualidade de todo o equipamento que lá está. Tem de ter realmente o cuidado de os tais materiais descartáveis terão de ter recipientes onde sejam colocados. Mas, portanto, acho que tem tudo para ser um sucesso.

Relativamente ao espaço em si, pois é um espaço que estava ali desertificado. Houve até umas situações de vandalismos, nomeadamente nos cabos que foram arrancados e cortados e, portanto, acho que é urgente termos ali aquele espaço ocupado. Tem depois uma zona ali bastante alargada em que realmente o bar em si pode ser rentabilizado com umas pranchas de paddle ou outras atividades náuticas que possam ali ter. Mas isso é o concessionário que irá mandar e tudo depende do valor da proposta. Vamos aguardar. O CDS claro que aprovará esta proposta. Muito obrigado.”

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[011](#)

“Boa tarde Senhor Presidente. Relativamente a este assunto tal como disse o Ernesto Barros claro que estamos de acordo. Eu não sei como é que o BE imagina que se podem servir galões lá. Se calhar pensam que está lá uma vaca e o leite é tirado diretamente na hora porque proibir que o leite vá em pacotes assim como outras bebidas, enfim. Estas ideias do tal país que não existe que levam ao voto contra é mais uma. Ainda na semana passada aqui nos trouxeram uma ideias, que nem sei como qualifica-las. Eu gostava de ver como funciona o bar da sede do Bloco, devem lá ter a vaca para servir leite, só pode. Não devem ter lá nada que possa fazer poluição e até gostava de ver as condições de responsabilidade social do Bloco de Esquerda e inclusivamente dos ordenados. Disse.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[012](#)

“Senhor Presidente, o PSD votará favoravelmente este ponto por entender que a ativação daquele bar pode trazer alguma dinâmica de qualidade àquela zona e a quem usufrui dos passadiços. E a nós apraz-nos só desejar o sucesso ao concurso e a quem ficar com a sua exploração.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[013](#)

Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação[014](#) Ponto 1 – Apreciação e votação da proposta de concessão de exploração do bar-esplanada do Cais da Ribeira de Esgueira, sendo a proposta aprovada por maioria, com trinta quatro votos a favor (PSD18+CDS5+PPM1+CHEGA1+PS7+PAN1++PCP1), zero abstenções, e dois votos contra (BE2).

Seguiram-se as declarações de voto:

Vogal João Moniz (BE)⁰¹⁵

“Senhor Presidente, solicito que a minha intervenção seja a nossa declaração de voto.”

Ponto 2 – Apreciação e votação da proposta de concessão de exploração do restaurante do Centro de Congressos de Aveiro.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública, realizada em 02/06/2022, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata).

No seguimento o Presidente da Mesa deu início às inscrições para a discussão do ponto em apreço uma vez que o Senhor Presidente da Câmara⁰¹⁶ fez a apresentação dos documentos na primeira intervenção.

Membros da Assembleia

Vogal Sílvia Ribau (PPM) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹⁷

“Obrigada. Como já foi dito o Turismo está a crescer em Aveiro. Já crescia antes, teve uma pausa durante a pandemia, mas estamos neste momento a ter números superiores a 2019. Isso tem como consequência, mas também tem se deve a ser alimentado por uma dinâmica de acontecimentos no Centro de Congressos de Aveiro. Eventos cooperativos e institucionais trazem e fomentam maior número de visitantes.

Assim consideramos que é de grande importância abrir este procedimento o mais rapidamente possível para dar ao Centro de Congresso uma oferta de restauração. Tem-se vindo a verificar em vários eventos cooperativos do Turismo de negócios que há esta lacuna. É importante também que esta oferta do restaurante seja alargada, ou seja que os utentes do Centro de Congressos possam ter um local onde fazer os almoços. Nas imediações não há essa capacidade para a capacidade do Centro de Congressos no Hotel Mélia, daí ser importante, além da concessão deste espaço de restauração, vir a ter esta possibilidade de albergar as refeições dos utilizadores do Centro de Congressos. O PPM vota naturalmente favoravelmente esta proposta de procedimento.”

Vogal Gabriel Bernardo (CHEGA) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹⁸

“Bom, começo com uma dúvida que nós tivemos quando estivemos a ler a proposta. Diz na clausula 19 que o primeiro pagamento só será efetuado no vigésimo quinto mês da concessão. Quer isto dizer que os gastos feitos nas obras pelo concessionário serão saldados com dois anos de renda?

É que eu procurei na página da distribuição dos documentos um orçamento e não encontrei o valor para as obras. A pergunta é: dois anos de renda, o valor mínimo será sempre então os 36 mil euros. A minha questão é se o orçamento previsto para as obras é desse valor mais IVA obviamente.

Também algumas observações a fazer. Nós desejamos o maior sucesso para este concurso. Mas nós colocamo-nos no papel do concessionário e se calhar iríamos exigir à Câmara algumas garantias relativamente ao número de eventos por ano. Vamos imaginar que havendo uma nova vaga de pandemia Covid que garantias é que o concessionário terá num contrato destes? Essencialmente eram estas as questões.

Também a Câmara impõe ao concessionário a obrigação de fornecerem as refeições aos funcionários municipais com um valor máximo igual ao subsídio de refeição. Se calhar

também seria do interesse do concessionário saber estimado de trabalhadores que lá vão almoçar. Uma coisa será fornecer refeições a 20 outra a 200. Pronto, postas estas observações e questões nós votaremos a favor. Obrigado.”

(Entretanto deu entrada na sala o deputado Pedro Filipe Oliveira Rodrigues)

Vogal João Moniz (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹⁹

“Muito obrigado Senhor Presidente. Eu pessoalmente gosto sempre de ouvir e ouço com muita atenção as considerações do deputado Jorge Greno, mas queria informá-lo que o Bloco de Esquerda reiteradamente é o partido de apresenta contas certas assim o diz a entidade da contas e financiamento partidos políticos. Ao contrário do CDS nós também não precisamos de injeções de financiamento pelo “jacinto capelo rego” e outros que tais para assegurar o financiamento do partido. Agora o CDS precisará desse financiamento mais rebuscado...”

Presidente da Mesa:

“Senhor deputado como não estado presente ultimamente presente, enfim, nestas lides há várias figuras como se recordará e, portanto, pode fazer um pedido de esclarecimento e tem o seu enquadramento etc. Mas neste momento, nós estamos a discutir em concreto a concessão da exploração do restaurante. Eu agradecia que o Senhor deputado se centrasse no assunto sem fazer um caminho de dar a volta ao mundo para chegar.”

Vogal João Moniz (BE):⁰²⁰

“Senhor Presidente eu acredito em regras. Só que as regras têm de ser aplicadas iguais para todos. Mas se a minha intervenção e os meus considerandos políticos, completamente políticos, se são interrompidos os meus também devem ser interrompidos os dos outros deputados...”

Presidente da Mesa:

“Senhor deputado queremos saber o que pensa em concreto desta concessão.”

Vogal João Moniz (BE):⁰²⁰

“Portanto tendo o assunto tratado. Em relação a esta concessão muitas das considerações que nós já fizemos anteriormente também se aplicam. Apesar, nós aceitamos e concordamos que o serviço de bar e restaurante no Centro de Congressos seria uma mais valia no modelo que o Senhor Presidente aqui apresentou. Esteve aqui focado nos eventos que lá poderão ser feitos. Nós isso é trigo limpo, nós aceitamos isso. O problema é aquilo que o Senhor Presidente diz. É obvio que as empresa de restauração deveriam seguir as leis da republica e pelo menos obedecer ou respeitar a lei do código laboral atual que é uma lei bastante insuficiente, aliás feita à medida dos empresários, mas nem essa lei é respeitada. Daí a crise que se vive atualmente no setor no que toca a recursos humanos. Ninguém quer trabalhar na hotelaria porque os salários são baixos, a precariedade é elevadíssima, os horários é a selva total, não regulação nenhuma.

E, portanto, nós consideramos que a Câmara municipal no caderno de encargos devia dar o exemplo á restante sociedade, dando um sinal que em espaços geridos pela Câmara municipal a precariedade não entra. A precariedade fica à porta e vai haver vigilância apertadíssima sobre isso. Mas não é isso que nós vemos no caderno de encargos.

Nós acompanhamos a intenção e julgamos que seria útil haver ali um restaurante e um bar, por todas as considerações que aqui já foram feitas, mas nós não podemos deixar isto passar. Isto é uma matéria da maior importância e consideramos que a Câmara municipal deveria dar o exemplo à restante sociedade. Disse.”

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²¹

“Muito o brigado Senhor Presidente. É sabido que o Turismo de negócios é uma componente importante das pessoas que visitam Aveiro, quer para os Congressos que ocorrem no Centro de Congressos quer decorrente da propria atividade empresarial na qual a região é forte e que motiva muitas viagens que são de negócios, mas que muitas das vezes as pessoas aproveitam e bem para prolongar a sua estadia e fazer turismo.

Obviamente que o Centro de Congressos tem as lacunas que o Senhor Presidente evidenciou na sua intervenção. Uma delas é a falta de um restaurante. E já teve um bom restaurante em tempos passados não só para apoio ao Centro de Congressos, mas também para servir a cidade. E, portanto, a nossa expectativa é que volte a ser possível ter um concessionário com um bom restaurante e que isso possa potenciar a realização de mais eventos e mais congressos, na expectativa que um dia mais tarde os serviços da Câmara possam ser deslocalizados e o Centro de Congressos possa ter todas as suas valências para exposições e congressos como foi pensado há muitos anos atrás.

Entretanto ainda sobre o restaurante, eu gostava de perguntar ao Senhor Presidente da Câmara o seguinte: aprovamos recentemente aqui a nova estrutura da Câmara e eu não vejo lá nenhuma divisão da Câmara que tenha como competências ir fiscalizar contratos de trabalho de entidades externas.

A pergunta que eu faço ao Senhor Presidente é, qual é o serviço da Câmara que tem poder para entrar numa empresa e ir fiscalizar se os contratos de trabalho dessa empresa estão de acordo com a lei?”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²²

“Senhor Presidente neste ponto do espaço do restaurante do Centro de Congressos, para nós PSD é muito importante a existência de um bar e dum restaurante num mesmo Centro de Congressos. Tanto para o dia-a-dia como para apoiar as atividades dos congressos e das reuniões realizadas no mesmo. Como no passado a abertura de um espaço de restauração tem todo o cabimento naquele edificio para a dinâmica do mesmo e para apoiar as atividades neles realizadas. Nesse pressuposto o PSD votará favoravelmente.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²³

“Muito obrigado a todos. Obrigado à Silvia pelo apoio e pela referência, que é objetiva, do contributo do Centro de Congressos para os fluxos turísticos que temos. A questão que o Gabriel coloca. Gabriel qual foi o nosso racional? Na altura nós entendemos quando fizemos o primeiro concurso, a lógica foi os 24 meses a 2000 euros, dava 48.000 mil. E o orçamento que temos feito pela equipa técnica da Câmara o valor do investimento anda por essa ordem de grandeza. Quando agora decidimos reduzir a renda, enfim, ponderámos isso, se devíamos aumentar o período de carência ou não. E feitas as ponderações entendemos que não. Pronto, poderá ter o concessionário ter que gastar um pouco mais do que os 36.000 euros. Sim, e não. Nós da outra vez tivemos uma empresa que visitou o Centro, que não queria fazer nada do que a Câmara tinha referenciado. Queria fazer lá um restaurante de leitão e queria construir uns fornos de tijolo à moda antiga para fazer e assar in loco o leitão.

E perguntou se isso era possível? Nós dissemos que sim, embora havia ali um problema que nós dissemos, olhe temos de estudar como é que vamos resolver o problema da extração dos fumos. Porque é uma coisa completamente diferente extrair para um sistema normal ou de fornos de assar leitão. Eu até achava piada porque deixaria um cheirinho porreiro e dava um ambiente no trabalho mais estimulante.

Portanto, dependendo do tipo de interesse da tipologia do que o concessionário lá vai fazer terá mais ou menos investimento. Por isso decidimos deixar assim na certeza que ele também mesmo que tenha que investir um pouco mais dos que os 36 mil euros, a partir daí, vai pagar menos do que nós tínhamos determinado no primeiro concurso com a renda de 2 mil.

Pronto, são exercício especulativos, mas foi este o nosso raciocínio para fazer a disposição destes números.

Quanto ao resto, aquilo que nós facultamos e facultaremos aos candidatos a clientes é toda a informação que eles quiserem. Nós temos o histórico da quantidade de eventos, quantidade de pessoas que lá passa. Hoje também o podemos dizer como está a ser a retoma, quais são as marcações que temos já este ano, quantas é que já temos para o próximo ano. Portanto esse tipo de informação a Câmara tem.

Quanto aos números de funcionários a utilizarem a experiência que nós temos foi no tempo em que esteve a EFTA. Mas, enfim, os nossos funcionários eram muito poucos aqueles que lá almoçavam. Vocês sabem que os funcionários municipais têm 1 hora de almoço, tinham quando chegámos à Câmara uma hora e meia, e a pedido deles passamos para uma hora. Enfim, as pessoas optam muito por perfeições muito ligeiras e não é exatamente aquilo que se vai fazer a um restaurante deste. Tínhamos alguns colegas que faziam, mas o número não era de facto relevante. Portanto, não é daí que virá nem mal nem bem. Nem mal no sentido de que fosse lá muita gente porque seguramente estragava o negócio, ou indo lá pouca gente não por aí que alimenta comercialmente o restaurante.

Pronto, quanto a esta questão do João Moniz, já falámos sobre isto várias vezes e a resposta ao Jorge Greno ajuda. De facto, a Câmara não tem unidade orgânica, nem tem competências, como é lógico. Sempre que nós sabemos de alguma coisa que exige a nossa ação cívica, obviamente que participamos à autoridade que o país tem a ACT, para com as competências legais que tem atue para corrigir de eventuais disfunções ao cumprimento da lei. A Câmara não tem competências como sabemos nestas matérias. Obrigado a todos.”

Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação⁰²⁴ o Ponto 2 – Apreciação e votação da proposta de concessão de exploração do restaurante do Centro de Congressos de Aveiro, sendo a proposta aprovada por maioria, com trinta cinco votos a favor (PSD18+CDS5+PPM1+CHEGA1+PS7+PAN2+PCP1), zero abstenções, e dois votos contra (BE2).

Seguiram-se as declarações de voto:

Vogal João Moniz (BE)⁰²⁵

“Senhor Presidente a minha intervenção é a declaração de voto.”

Ponto 3 – Apreciação e votação da proposta de concessão da gestão e exploração do Mercado José Estevão, em Aveiro.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública, realizada em 02/06/2022, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata).

No seguimento o Presidente da Mesa deu início às inscrições para a discussão do ponto em apreço uma vez que o Senhor Presidente da Câmara⁰²⁶ fez a apresentação dos documentos aquando da intervenção no ponto um.

Membros da Assembleia

Vogal Joana Lima (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²⁷

“Muito boa tarde. É um gosto estar de novo aqui a partilhar este momento político interessante, principalmente neste terceiro ponto. A comissão concelhia de Aveiro do Partido Comunista Português já fez pública a sua oposição à intenção do executivo camarário PSD/CDS, de transferir a venda de peixe do Mercado José Estevão (Praça do Peixe) para outro local da cidade.

E vem esta intervenção no sentido de trazer e aprofundar esta posição e ter a oportunidade de a partilhar com os aveirenses e convosco, pondo a este executivo as questões que nos parecem necessárias para todos ficarmos esclarecidos e informados. Não esquecendo que o que nos é pedido aqui, é votar sobre uma concessão, assunto em molho de 3 concessões, trazido com urgência (ou será pressa) e que de uma remada de bateira tira da “praça do peixe” o dito peixe, mete 4 quiosques e uma esplanada.

Esperemos nós que não aconteça, qualquer dia destes, estarmos aqui a votar, quem sabe, obra de aterro e pavimentação do Cais dos Botirões — pois muitas mesas ao sol se poderiam lá pôr, para deleite desses turistas todos que este executivo quer tanto receber na nossa cidade. Perdoem-me que me tenha perdido ligeiramente no absurdo, mas de facto a constatação do mesmo pode causar alguma perplexidade. Imagine-se por exemplo:

A ninguém lhe passaria pela cabeça tirar a venda de produtos alimentares (peixe incluído) do mercado da Boqueria nas Ramblas em Barcelona ou de qualquer outro dos muitos mercados que existem nos centros de bairro dessas cidades.

Aliás, se isso estivesse em algum momento na boca de um desses presidentes da câmara o assunto nem sequer chegaria à necessidade de ser contestado pela população, não teria passado sequer dentro de qualquer executivo com essa responsabilidade.

Mas outros exemplos se encontram, nomeadamente em cidades de média dimensão que abordam esta questão do comércio de frescos em proximidade, como parte de estratégias que se começaram a desenvolver há 20 anos pelo menos, no sentido do reforço dos seus sistemas alimentares locais e a sua integração no sistema urbano.

É certo que estamos em Aveiro, essa cidade que quer tanto ser Capital Europeia da Cultura, numa Europa onde a tendência de intervenção urbana é exatamente a oposta à que aqui se pratica, é a de recuperar os mercados nos centros das cidades, é pôr em prática políticas de planeamento que promovam os sistemas alimentares locais, que têm conta e em conjunto, no mínimo, os aspetos económicos, sociais e culturais, articuladas com as atividades que contribuem para a uma visão comum e estratégica, movida pela missão de melhorar a qualidade de vida das pessoas, e garantir um futuro saudável e possível.

Mas, que bem sabemos, a machadada no bairro da beira-mar foi dada há muito tempo, e esta opção segue essa forma imprópria de pensar a cidade como se fazia nessa tal almejada europa nos anos 90 de século passado, a mesma coerência da construção em massa dos T0 e T1, dos airbnbs, dos autocarros com turistas, da gentrificação, da especulação imobiliária.

Mais uma punhalada, com muitas palavras prenhes de boas intenções a acompanhar (como ainda agora e de passagem o fez o senhor presidente). Mas no caderno escreve-se de fato a certa altura e cito: O Concessionário deve disponibilizar o espaço do R/chão, mediante solicitação prévia com 60 dias seguidos de antecedência, para a realização de eventos do concedente ou das suas entidades parceiras num período máximo anual de 10 dias (seguidos ou intercalados). Eventos? As perguntas que teríamos a fazer sobre este

afloramento a programa cultural que está no caderno de encargos seriam muitas, não vos vou maçar mais.

Não estamos alheios às condições precárias, logísticas e económicas que enfrentam os vendedores neste momento no mercado do peixe. Basta ir lá comprar peixe num dia de inverno com chuva, para imaginar como ficarão melhor no mercado Firmino, que felizmente ainda aí está de relativa saúde, e que poderão beneficiar de mais clientes, de um espaço com oferta diversificada, mais adaptado às necessidades dos consumidores.

É preciso resolver esse problema agora, e a questão logística e económica dos vendedores é um problema sério e não é o único.

O PCP vota contra neste ponto. Uma posição simples e clara face ao que nos é proposto. Um não à concessão a privados de um espaço público, um não a mais esplanadas e a uns ~~quios~~ em vez do mercado. É apenas isso que podemos votar, aqui e agora. Mas de todo nos parece razoável que esta questão tivesse vindo até este ponto a jusante de um caminho bem percorrido o que nos deixa muitas dúvidas. Destas dúvidas decorrem várias perguntas:

Quantas das pessoas para que estamos a fazer cidade, foram ouvidas no processo? Qual foi a discussão dentro da câmara municipal?

Qual é a visão e o propósito desta decisão? Foi a única opção discutida?

Foi tomada depois de se excluir fundamentadamente a possibilidade de dar condições logísticas à venda de peixe?

Foi tomada depois de excluir a possibilidade de intervir no edifício e trazer outros usos complementares?

Foi tomada depois de considerar uma visão cultural que respeite a relação física e de memória que aquele espaço tem com a Ria, com a pesca, com o peixe, com a culturagastronómica?

Foi integrada na visão, que esta câmara proclama que tem, para a aparente “já ganha” capital da cultura?

O Mercado José Estevão é um daqueles lugares raros, que às vezes acontecem nas cidades “pérolas urbanas”, não pelo lirismo que contém, mas porque são espaços pivotais, que têm o poder e a fragilidade de conter em si próprios e no seu ADN completo um potencial de impacto disruptivo, para o bem ou para o mal.

Este ADN é feito tanto pelo que acontece e aconteceu, nesse espaço, mas também do que acontece e aconteceu à sua volta, no seu bairro e na sua cidade.

Também é feito do desperdício. Várias intervenções ali ocorridas, com avultados investimentos de dinheiro público, no sentido da sua reabilitação e continuidade da sua operacionalidade.

Mas terminando, o PCP apela à população de Aveiro, aos comerciantes e utentes da Praça do Peixe, que reivindiquem os seus direitos, porque a praça do peixe é um espaço que lhes pertence.

Que defendam a praça e o que ela representa, que resistam a mais uma submissão a efêmeros interesses comerciais e a lógicas de curto prazo, da maioria PSD/CDS de Ribau Esteves, com a total cumplicidade do PS.

O PCP está e estará como sempre presente a acompanhar esta questão. Muito obrigada.”

Vogal Gabriel Bernardo (CHEGA) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [028](#)

“Nós não colocamos qualquer objeção à transferência do negócio da venda do Peixe do Mercado José Estevão para o Mercado Manuel Firmino. Até porque o Mercado Manuel Firmino tem muito melhores condições de estacionamento.

Portanto acreditamos que será bom para os comerciantes também porque terão mais clientes.

Temos uma dúvida que gostávamos de ver esclarecida. Não nos ficou claro se a responsabilidade pela dinamização cultural do espaço será da responsabilidade do concessionário ou apenas por acolher os eventos culturais organizados pela Câmara ou entidades parceiras? Isto não está claro para nós no relatório.

E outra pergunta é se o concessionário por essas atividades culturais vai receber alguma contrapartida financeira no caso de ser o concessionário a ser o organizador de alguns eventos culturais. Disse. Obrigado.”

Vogal João Moniz (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[029](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente. Esta proposta e a discussão que ela traz, vai além da mera concessão. Ela tem a ver com o modelo de cidade. Esta proposta abre toda uma discussão sobre o modelo de cidade. E o que estamos aqui a assistir é uma espécie de profecia que se auto realiza. Um dos argumentos que é usado e é factual, é que a Praça do Peixe não serve para vender peixe. São poucas pessoas que lá vão comprar peixe. E por que é que será assim? Se calhar, é assim, porque nós nos últimos anos, temos vivido uma gestão do de urbanismo que é feita especificamente para esvaziar o centro da cidade. Para o tornar numa espécie de parque de diversão de turistas, um sítio onde não se vive, onde nem sequer é possível viver, porque as rendas e o custo habitação é tão alto, de tal forma incomportável que ninguém ou praticamente ninguém que trabalhe em Aveiro, que tenha rendimentos médios em Aveiro, consegue pagar uma renda no centro da cidade. E, portanto, é uma profecia que se auto realizou. Temos toda a política de intervenção no espaço urbano público, sem qualquer intervenção ou regulação do edificado, que faz com que as rendas e os custos da habitação subam, e essa é uma política deliberada, não é uma mera consequência, subproduto inesperado. É uma política deliberada. Essa consequência e faz parte da política que é executada pela Câmara Municipal Temos o reforço do número de grandes superfícies comerciais nos últimos anos, que tem uma pressão enorme sobre o comércio local, e, portanto, estes assuntos não são novos e esta discussão não é nova. E a Praça do Peixe está agora a ser vítima dessas políticas e este desfecho é consequência direta destas políticas.

Nós, no Bloco de Esquerda, não consideramos que as cidades sejam sacrossantas e que as funções de certos espaços sejam eternas e que nunca mudem. A cidade muda. Mas não é isso. A cidade é um espaço de mudança, de pluralismo e tudo mais.

O problema que quando as políticas são feitas para a beneficiar uma pequena minoria da sociedade, muitas vezes contra os interesses de uma maioria da sociedade, que é quem trabalha, quem vive, quem estuda aqui em Aveiro, que vê o seu custo de vida completamente incomportável que é empurrada para as periferias da cidade ou para outros concelhos porque não consegue pagar as rendas.

E esta discussão sobre a concessão do mercado José Estêvão, para além do objeto em si e do contrato e tudo mais, é também uma discussão sobre essas matérias.

Nós defendemos uma política alternativa a esta. Nós defendemos uma política em que o desfecho não seria este. Em que as pessoas conseguiram viver no centro da cidade, porque tinham a resposta aos problemas da habitação, porque tinham acesso a casas que conseguiam efetivamente pagar, as rendas acessíveis que conseguiam efetivamente pagar com o seu trabalho. Isso não se passa em Aveiro, infelizmente.

Em todo o caso, nós somos contra a concessão. Nós consideramos que aquele espaço, mesmo assumindo uma função diferente, devia estar sobre a gestão direta da Câmara Municipal, com uma programação cultural, exposições, tudo mais. E, portanto, nós não podemos acompanhar esta proposta e, obviamente, vamos votar contra. Disse.”

Vogal Ernesto Barros (CDS)⁰³⁰

Vogal João Moniz (BE)⁰³¹

Vogal Ernesto Barros (CDS)⁰³³

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³⁴

“Vemos aqui a extrema-esquerda e a esquerda radical com uns argumentos que não lembram ao diabo! A primeira é que o mercado Manuel Firmino é fora do centro da cidade. Eu não sei em que cidade é que eles moram. Mas dizer que o mercado Manuel Firmino, para onde irão exercer a sua atividade estes vendedores de peixe que ainda existem no mercado José Estêvão, enfim, é de quem não conhece a cidade. É de quem não vai às compras aos mercados. Porque não fazem mais pequena ideia e estou a dizer esta expressão para ser simpático, do sítio onde vivem e onde se compram as coisas. Devem conhecer o Auchan, o Continente e, se calhar até acham que os peixes nascem nas bancas continente. São uma geração mais nova, se calhar já aprenderam isso na escola.

Esta questão da localização não faz qualquer sentido. Porque obviamente que as pessoas do bairro da Beira-Mar, penso que poderão ser os maiores clientes destas 3 bancas de peixe tem de ir ao mercado Manuel Firmino comprar couves ou fruta e outras coisas, qual é o problema de o fazerem no Manuel Firmino.

Só há problema em quem tem na cabeça problemas contra concessões e outro tipo de negócios. Pois a proximidade do mercado Manuel Firmino é também da Beira-Mar. Quem mora mais longe olhem há o mercado de Santiago. Os nossos mercados até atraem pessoas de outros concelhos que agora vêm cá fazer compras a fim de semana.

Portanto os mercados existem no centro da cidade também em Aveiro. E também há muitas cidades onde há espaços que foram mercados e que deixaram de ser. Deixar de existir como mercados e têm a sua função alternativa. Proponho que comprem um bilhete no comboio regional ida e volta ao Porto e depois entrem no metro e vão ao mercado do Bom Sucesso. Continua a ser chamado mercado do Bom Sucesso. O que lá temos é uma Fundação, um Hotel, uma série de restaurantes, espaços comerciais, e as bancas de quem vendia carne ou vendia peixe ou fruta e hortalíça já não estão lá. É a vida e a evolução das cidades. Só quem vive nos modelos de países que não evoluem e continuam ali fechadinhos é que não percebe isto. Depois vêm aqui com coisas, porque o concessionário isto, o concessionário aquilo.

Obviamente que há um caderno de encargos que o concessionário tem de respeitar. Aquele espaço para venda de produtos regionais, que é aquilo que se pretende, também é uma forma de divulgação da nossa terra, importante. E aí sim, compete à Câmara, depois fiscalizar se o concessionário está ou não a cumprir com os termos do contrato, ponto.

Se só com um espaço para haver os concertos, etc, só são feitos à porta da Praça do Peixe. Portanto à porta não tem problema nenhum. Se for lá dentro é que tem problema.

Enfim, para não falar naquilo que quando se passa naquela zona em dias de venda de peixe, com um cheiro nauseabundo, porque, infelizmente, não terá sido bem construído, presumo, que as águas vão escorrendo por ali e é desagradável. Mas, a começar por quem mora ali. Não deve ser agradável viver ou conviver com aquele cheiro todos os dias.

Portanto, parece-me que a proposta faz todo o sentido. Parece-me que não causa qualquer prejuízo aos moradores, porque continuam a ter num espaço de proximidade, que certamente frequentam com regularidade, os pontos de venda de peixe. E os vendedores de peixe que vão para o mercado Manuel Firmino provavelmente depois de estarem lá ao fim duns meses terão um volume de negócios bastante superior, porque tem muito mais gente, vai muito mais gente ao mercado Manuel Firmino. Portanto a proposta parece-me que é boa para Aveiro e para todos os aveirenses. Disse. Muito obrigado.”

Vogal Pires da Rosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³⁵

“Boa tarde a todos. Bem em primeiro uma primeira nota. Fiquei muito surpreendido porque esta é uma Câmara de governada pela direita, mas este é um horário à funcionário público. A mim pessoalmente custou-me imenso estar a cumprir aqui com esta hora. Devo dizer-lhe o seguinte Senhor Presidente: cumpra lá o que diz o Regimento em que diz que preferencialmente as reuniões da Assembleia Municipal na parte da noite, em véspera de feriado ou às sextas-feiras. É o que diz. A não ser que tenha uma justificação muito plausível, uma urgência, não vejo que fosse grande urgência, marcar entre as 6 e meia e as 8 e meia da noite. A mim pessoalmente causa-me algum incomodo.

Mas isto para dizer que ainda bem, porque assim não temos aqui a televisão nem a comunicação social o que pode permitir o que eu pretendo com a minha intervenção.

Eu tenho aprendido em política, não vale a pena ser muito caustico e, portanto, vou pedir-vos a vocês que tudo o que eu disser um bocadinho mais cáustico que deem o desconto em relação ao conteúdo que é para não ficarem já malfadados com a ideia do que eu vos vou dizer.

A primeira questão em relação à transferência da Praça de Peixe para o mercado Manuel Firmino a mim não me incomoda rigorosamente coisa nenhuma.

A única coisa que me incomoda é que o Senhor Presidente Ribau Esteves, disse-me há pouco mais de 3 semanas, que não podia ser no Mercado, que ainda estávamos a estudar as condições, aquilo não tinha as condições específicas para o peixe. Disse, disse Senhor Presidente. E que eu tomei como boa a informação porque era um bocadinho mais quente, etc. O Senhor Presidente disse, e eu tenho todo gosto em partilhar consigo a gravação e ouvir para perceber que foi isso que me disse na altura. Mas ainda assim, ainda assim, pelos vistos isso já está resolvido e bem, e eu acho que faz todo o sentido ficar ali no mercado Manuel Firmino. Aliás, acho que ainda há espaço depois para dinamizarmos o mercado Manuel Firmino para extraímos e foi o sentido da minha intervenção foi esse, para extraímos toda a potencialidade do mercado Manuel Firmino. É um edifício que nós temos ali e uma mais-valia e custa-me ver algumas lojas que até estão algumas vazias e eu acho que aquilo é um sítio espetacular para promover a atividade comercial e para sustentar, evidentemente, o dinamismo turístico que a cidade tem e que tem que ter.

Eu ouço as intervenções do Bloco de Esquerda, mas acho que eles não têm a perceção de que a atividade comercial e toda a dinamização turística da cidade traz empregos! É uma coisa que também dá algum jeito para os aveirenses que cá estão. Acho que toda a gente percebe isto.

Em relação ao mercado do Peixe é que eu já não entendo. Primeiro dizer ali ao Ernesto Barros isto: que foi esta Câmara, para meter lá uma placazinha, logo no primeiro mandato, mudou o mercado do Peixe e pôs lá uma placa a dizer que estava a fazer uma requalificação qualquer.

Portanto já na altura não tinha uma ideia muito preconcebida e devia-a ter, já naquela altura. Naquela altura gastou dinheiro e faria sentido isto. Mas para mim vem bem na mesma. Ou então a concessão ainda estava a perdurar e eu isso dou de barato porque não tenho presente qual era o tempo de concessão. Diz que está a acabar agora a concessão do restaurante em cima e depois isso condiciona o que vai ser feito.

O que eu acho que está mal, sou sincero e, por isso é que nem temos comunicação social, etc. e fazíamos todos aqui um pacto de silêncio para o Senhor Presidente da Câmara não ter uma derrota política, para suspender aqui este ponto.

Eu digo-lhe já porquê. Porque parece-me, e como sabe os vereadores do meu partido votaram favoravelmente e, portanto, pensarão de maneira diversa da minha.

O que eu acho é que concessionar isto por 10 anos, caucionar o mercado por 10 anos a um concessionário que vai ficar com toda a gestão do mercado, eu acho curto e não revela o

potencial que eu acho que aquele mercado do peixe tem. Estou a falar muito de coração para o Senhor Presidente da Câmara na esperança que me ouça.

Porque eu acho que o mercado, porque eu não consegui perceber onde ficam os quiosques porque o desenho que estava nos documentos não é claro. Mas eu desafio a explicarem-me isto ou alguém ter percebido. Pelo que percebi os quiosques ficam lá todos juntos. Isso era o que não queria ter percebido. Acho mal, acho mal.

O que eu acho é que nós devíamos aproveitar o que já está feito e funciona, noutras cidades do país, noutras cidades da Europa. É só ir ao mercado de São Miguel em Madrid e replicar aquilo à escala. Quando me fala nos espaços culturais do mercado, não sei. Que espaços culturais é que vai criar ali? Aquilo irá ter ali uns eventos da Mordomia, eventualmente, e poderá haver mais algum outro, mas o que eu acho é que aquele mercado devia ter uma gestão da Câmara e devíamos autorizar, nós próprios devíamos fazer o desenho e concessionar os espaços dos quiosques e bem mais de 4. Coisas pequeninas para vender (é a minha opinião) para vender ponto a ponto e colocar o mercado a circular com uma lógica comercial muito mais forte. E para um público diferente.

Ou seja, esse tipo de mercado e agora para falarmos um bocadinho também sobre o desenho que queremos da cidade, esse tipo de mercado para um tipo de o público alvo com mais idade, 30, 35, 40 anos, que é evidentemente mais caro, mas que puxa outro tipo de coisas e também nos ajuda a retrair um pouco ou a recondicionar um pouco, quando toda a noite que temos ali em termos da Praça do Peixe. E, portanto, nós temos que fazer essa orientação e essa barreira, até para fazer um controlo da noite para que não sejam aquelas noites de que se queixam bastante os habitantes da Beira-mar.

Mas até deste ponto de vista, porque a Praça tem um grande foco atrativo na noite e com um espaço assim a funcionar, não estou a dizer que isto vá ficar mal Senhor Presidente, não é essa a questão. O que me parece é que é curto em relação ao que deveria ser feito.

Acho que nós devíamos, e temos esta oportunidade ainda, e também não custa nada porque o senhor que lá está vai ficar por mais noventa dias. Evidentemente agora também não iria acontecer nada. E acho que faz sentido não mexer agora na época do verão, podíamos claramente redesenhar do meu ponto de vista a concessão. Isto é altamente atrativo, vai ter com certeza muitos concorrentes e podíamos aproveitar para termos nós o controlo sobre isto.

Ao contrário, vamos estar a entregar o mercado, que é uma peça de referência da cidade, como nós temos poucas, isto é uma construção de um discípulo do Eiffel, pelo menos é o que se diz, não tenho bem certeza sobre isto, mas penso que sim. E, portanto, é talvez em Aveiro um dos edifícios mais bonitos e mais vendáveis do ponto de visto turístico que nós temos.

A mim está-me a custar que nós concessionemos isto na totalidade, só a um privado, que vai fazer a gestão dos 4 quiosques como entender, evidentemente que o caderno baliza e bem algumas coisas, mas parece-me até curto, porque devia até colocar tipos de coisas que deviam ser vendidas, etc. E acho que tem que ser o município, muito honestamente, não se pode demitir, se tem intenção de tentar desenhar e ajudar a construir o que deve ser a política de desenvolvimento turístico da cidade não se pode entregar por 10 anos, só a um privado, seja ele qual for, o concurso ainda não abriu, tenha ele sensibilidade para isto ou não, deve ser autarquia a fazer isto.

E, por isso, eu pessoalmente votarei contra este contrato de concessão, mas tenho a esperança que não tenha que votar. Tenho a esperança que o Senhor Presidente tenha ouvido isto que estou. Nada tenho a obstar com a prorrogação dos noventa dias ao concessionário que lá está, e também dizer em relação à mudança dos pontos do peixe para o mercado Manuel Firmino nada a obstar quanto a isso.

As minhas dúvidas são claramente em relação ao próprio Mercado. Porque acho que podemos fazer melhor. E eu não estou a dizer que esteja mal, que está mal, que o Senhor Presidente não percebe nada disto. Tem a ver só que eu acho que (porque o Senhor

Presidente também não se pode lembrar de tudo a toda hora), acho que nós podemos fazer melhor.

E tenho a certeza que grande parte de vocês estão a concordar comigo. Agora como vossas excelências são do partido do senhor presidente da câmara, vai ter que ser o senhor presidente da Câmara a vos dar uma ajudinha, não é. Porque se não isto não vai lá.

Estou a ver se consigo convencer o Eng. Ribau esteves senão nada feito. Daí que desculpar-me-ão, mas estou a falar diretamente aqui para Eng.º José Agostinho Ribau Esteves, na esperança que ele me lhe ouça, penhoradamente, e reconsidere nestes 30 anos que tem de autarquias, que uma vez na vida possa mudar de opinião.”

Presidente da Mesa⁰³⁶

“Senhor deputado Pires da Rosa, olhe quanto ao horário foi aqui uma necessidade circunstancial. Se calhar até deu jeito a algumas pessoas! Mas referir que teve um aspeto bem positivo – conseguimos tê-lo cá hoje e já tínhamos saudades suas. Portanto nesse aspeto funcionou.”

Vogal Francisco Picado (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³⁷

“Muito obrigado Senhor Presidente. Boa tarde a todos. Na sua pessoa cumprimento todos os presentes. Vamos lá a ver se consigo estruturar aqui 3 ou 4 questões sobre esta intervenção. A primeira é de deixar nota que o Partido Socialista no programa que apresentou a sufrágio nas últimas eleições, já tinha colocado esta discussão em cima da mesa. E, portanto, não é a nada de novo, nada de estranho. E através de um conjunto de ações que desenvolveu durante a campanha eleitoral que denominamos de “diálogos colaborativos”, auscultámos um conjunto de pessoas e, portanto, esta foi uma matéria que esteve também em cima da mesa e, portanto, está contemplada naquelas que foram as ideias do programa eleitoral do Partido Socialista. E, portanto, deixar essa primeira nota que penso que é relevante, até porque de alguma maneira é um assunto, como já vou explicar, pode gerar aqui sentimentos opostos.

E a verdade é esta, de facto, podia estar aqui a noite toda a arranjar uma meia dúzia de argumentos contra e meia dúzia de argumentos a favor desta decisão.

E a verdade é que iria encontrar talvez as pessoas que iriam pegar nos meus argumentos contra, e iriam coloca-los a favor e vice-versa.

Portanto este é de facto um tema, pela natureza do mercado, enfim, à natureza do local, pela natureza do mercado, por tudo aquilo que envolve a denominada Praça do Peixe e a sua origem. De facto, gera aqui um conjunto de sentimentos que são, obviamente, bivalentes.

A questão aqui é de perceber, no fundo é colocar as coisas em cima da balança e perceber que ao saldo. E se o saldo é positivo ou seu saldo é negativo. E, como disse, há sempre argumentos para debater esta questão.

Segunda nota, parece-me que, de facto, as dinâmicas comerciais vão evoluindo com o tempo. Não faço ideia, confesso que não faço ideia, não sou frequentador da Praça do Peixe para comprar peixe. Mas sou frequentador do mercado Manuel Firmino. E, portanto, provavelmente, e salvaguardando um dos stakeholders que está envolvido neste processo, que são as pessoas que vendem e que vivem da venda dos produtos. Muito provavelmente, eu diria, que poderá (e estou convencido que esse exercício terá sido feito) para todos os intervenientes, quer de quem vende peixe e quer de quem vende já no mercado Manuel Firmino, muito provavelmente o saldo conjunto será positivo, digo eu.

Mas posso perspetivar que assim seja. Até porque, de facto, temos aqui uma dinâmica de venda de peixe muito forte neste momento nos hipermercados. E, portanto, eu diria, não sei quantas das pessoas aqui nesta sala compram peixe na praça do peixe, mas estamos de certeza a falar dum numero muito residual.

E, portanto, se calhar este é um bom momento, é um incentivo bom para quem vive da venda do peixe na praça do peixe. E no mercado Manuel Firmino, concomitantemente, pois se houverem lá mais clientes, vai ser ainda melhor. Portanto penso que aí há um saldo positivo. A ideia aqui será replicar um supermercado onde vou e compro uma série de coisa em conjunto e não preciso de me deslocar a mais nenhum sitio. Portanto estou a olhar isto na perspetiva dos diversos stakeholders e parece-me que aqui não há muito para onde apontar. Obviamente que há aqui a questão sentimental, é claro. A questão de paixão ou de coração. E essa é a questão que gerará sempre uma oposição a esta mudança. Mas enfim, é mais uma variável para o prato da balança.

Há aqui um grupo de pessoas que efetivamente me deixam alguma preocupação. São os moradores do bairro da beira-mar.

E porquê? Porque sabemos que há duas questões que são frequentemente colocadas em cima da mesa. A questão da segurança e a questão do ruído.

E aquilo que eu acho que é importante perceber no meio deste processo é se não vamos estar a contribuir para um adensar ou agravar de uma situação que já de si não é boa.

Obviamente que há ali já um conjunto de bares e situações que já lá estão. A questão não é radicalizar o processo, mas é a de acautelar que esta abordagem não venha a agravar uma situação que já de si não é boa. E, portanto, eu diria que esta é de facto uma das preocupações que está em cima da mesa.

Relativamente às questões que o meu colega colocou. Pois o prazo e o formato da concessão tudo num pacote integrado poderia ter uma outra configuração. Eventualmente teríamos a vantagem para o município de ter um acréscimo de receita se desagregássemos a concessão. O problema das concessões desagregadas e sendo absolutamente franco, é que tendo debaixo do mesmo teto três ou quatro agentes diferentes tem um custo acrescido de gestão de conflitos. Mas como diria, este é um exercício muito interessante de colocar as coisas assim no prato da balança, mas estou em crer que iremos ter aqui um conjunto de stakeholders que na sua maioria saiem mais reforçados. Portanto eram só estas as questões.”

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)⁰³⁸

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD)⁰³⁹

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴⁰

“Vou ser rápido. Sou cliente de peixe. Compro muitas vezes peixe. Sou cliente de peixe do mercado da Costa Nova! O mercado tem bom peixe, tem boas acessibilidades e tem bom estacionamento. No nosso mercado a acessibilidade é difícil e não existe estacionamento.

É difícil ir de manhã comprar peixe ao nosso mercado devido às dificuldades. Mas esta semana mais que comprar peixe fui lá falar com os vendedores e com alguns compradores que por lá existiam.

Os vendedores, o que foi constatado pelas perguntas que fiz e fui falando com eles, é que vendem pouco.

Os restaurantes hoje em dia, que eram grandes clientes do mercado, já não vão ao mercado. São os vendedores que lhes levam o peixe aos restaurantes por encomenda. Isso tirou uns clientes grandes dali. E, portanto, o mercado ali deixou de ter essa função de vender peixe. Depois tem poucas pessoas, são poucas as pessoas que lá vão. Ali só há três vendedores e isso faz com que a própria dinâmica de mercado se tenha perdido.

Nós no PSD pensamos claramente que é uma mais-valia a passagem da venda de peixe para o mercado Manuel Firmino. Tem mais vendedores, a acessibilidade é boa, tem estacionamento. Estacionamento gratuito durante meia-hora.

E tem oferta de mais produtos do mercado. Ou seja, a pessoa não se dirige ao mercado só para ir ao peixe. Quando vai à fruta traz peixe. Quando vai à hortaliça pode trazer peixe. E é essa oferta diversificada que pode ter um efeito chamador de mais pessoas ao mercado.

Nesse pressuposto, nós votamos favoravelmente a proposta apresentada na Câmara, de saída da venda do peixe para o mercado Manuel Firmino, para um espaço com mais condições, para um espaço com boas acessibilidades e com bom estacionamento e claramente para dinamizar também o Manuel Firmino, porque é muito pouco o que se passa lá dentro.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴¹

“Muito obrigado. Muito obrigado a todos. Obviamente há aqui uma questão que eu não vou estar a responder com pormenor a tudo porque não vale a pena. É uma questão de nós vivermos a realidade que temos. Vivermos um mundo em que vivemos ou vivermos um mundo que não existe e que não vai voltar.

O bairro da Beira mar, que era o bairro dos pescadores e não eram assim tantos, mas que tinha uma população de pescadores relevante. Este mercado onde se fazia comércio dos peixes que esses pescadores pescavam acabou. E temos que usar a memória de pessoas com mais idade com o Presidente Fernando Marques, porque a maior parte de nós não tem essa memória sequer. A maior parte dos membros desta assembleia municipal não têm essa memória.

E, portanto, a maior parte dos argumentos da Joana Lima não têm pés nem cabeça. São de uma abordagem à vida que em termos filosóficos, e tem um texto muito bem escrito, eu ouvia com toda a atenção, mas dão para um bom livro de romance. Eventualmente para um roteiro base de telenovela, mas não dão para gerirmos o território e a vida das pessoas, porque esse mundo acabou e não volta.

E, portanto, nós temos que olhar para a vida. Dizia o Pires da Rosa, que fizemos lá uma obra grande de recuperação, para que é que foi a obra, não sei o quê.

Ouçam lá, quando nós chegámos, levamos com um relatório da ASAE, que nos obrigou a fazer a obra. Porque o relatório da ASAE mandava fechar o mercado porque aquilo era uma vergonha. A insalubridade do mercado, a quantidade de porcaria que foi tirada daquele, entre aspas, sistema de drenagem, era coisa chocante.

E, portanto, nós tivemos um relatório da ASAE, se quiserem a gente faculta, que era um ensaio de fechem esta coisa imediatamente. Mas, sinceramente, a nossa decisão na altura foi negativo, nós vamos reabilitar. Conseguimos um fundo comunitário, no Fundo das Pescas e, por isso, tivemos uma obrigação de 5 anos que tínhamos que respeitar. Aquela obra foi feita com fundos comunitários da PROPESCA na altura. Embora aí já foi com muito jeito. Porque nós estávamos a apoiar a operação de comércio de pesca e só indiretamente a atividade da pesca.

Porque nenhum dos nossos vendedores ali é pescador. Nenhum. Ao contrário que outros mercados, nomeadamente um já citado aqui, em que ainda há uma parte dos vendedores que são pescadores. Nós aqui não temos nenhum.

Mas com jeitinho fizemos a candidatura, foi aprovada, está tudo certo. Mas deixamos matéria por cumprir do relatório da ASAE. E uma delas é óbvia demais. Quem lá vai e fala com as pessoas, sabe o que é que lá se passa em Invernos mais rigorosos. A ASAE defendia e defende, que a gente feche em absoluto o rés-do-chão. Porquê? Não é só por causa do frio dos utilizadores. A ASAE não quer saber disso para nada. Uns cobertores e uns casacos resolvem o problema. As questões levantadas são questões de higiene. Porque, obviamente, é um espaço aberto, isto já não é como antigamente que se vendia, bem ainda há muitos países em que os talhos são cá tabanca da rua, passa um carro levanta o pó e aquilo até tempera melhor a carne. Mas nós não vivemos nesse mundo.

Hoje as regras de qualidade alimentar na Europa são aquelas que nós sabemos — e bem. Às vezes até achamos uma ou outra exagerada, mas é em defesa da saúde pública.

E portanto, aquele mercado não tem sequer todas as condições relatadas porque nós decidimos que nós não íamos adulterar aquele edifício, que é de facto uma marca urbana que

não queremos alienar. Mas se cumpríssemos tudo o que a ASAE queria tínhamos de o adular em boa parte.

O que é que nós decidimos. Queremos ter dois Mercados de grande qualidade na nossa cidade. Um marcadamente urbano, de centro cidade, que é o Manuel Firmino. E Pedro o meu amigo entendeu mal. O que disse é que nós, porque há um problema no Manuel Firmino, e todos sabem, quando lá vamos num dia mais solarengo o que é que lá se passa.

Ficou um problema naquele Mercado, houve um erro, que é a sua incapacidade de dispersar a energia do sol por força da claraboia que tem em cima. O que eu disse é que nós vamos resolver esse problema.

O arquiteto que fez a obra de reabilitação, que foi uma excelente obra, já está contratado para arranjar solução para aquilo. Nós a brincar dizíamos, vamos vender peixe já cozido no Manuel Firmino, nalguns dias. São poucos, porque como sabemos não somos uma cidade que tenha assim tantos dias de calor para cozer peixe dentro do Manuel Firmino. Mas temos alguns. Mas não só para o peixe, também para outros eventos comerciais que ali existam.

Esta é a realidade do Manuel Firmino e a outra é o Mercado de Santiago. E que hoje também temos de dizer porque é a sua verdade, que também este é um mercado marcadamente urbano.

E o projeto que estamos a terminar é para lhe dar grande qualidade. Qualidade à séria porque o que lá está é uma vergonha. De separar, autonomizar completamente, o chamado piso social do primeiro andar do piso do rés-do-chão, e lhe dar condições estéticas da sua presença urbana, a qualidade que ele não tem, mas que nós queremos que tenha, porque ele é um mercado urbano da maior importância. Nós queremos ter dois mercados urbanos com qualidade, com diversidade de produtos.

Nós para o mercado de Santiago discutimos muito o fim da “ilha de peixe” porque a cultura de compra e venda de peixe é muito pouco relevante. Mas a nossa decisão tem sido manter.

Porque se o Mercado agora ao nosso lado, que é o primeiro concorrente do mercado de Santiago e tem diversidade, nós queremos que o Mercado de Santiago tenha diversidade.

E, portanto, seguraremos a ilha de peixe enquanto houver operadores como é obvio. A gente não manda nos operadores. Quando um dia ninguém quiser operar a venda de peixe a Câmara não vai contratar uma pessoa para ir vender peixe no mercado de santiago. Não vamos de todo.

Esta é a nossa opção estratégica e claramente, o mercado do peixe, o mercado José Estêvão, é dispensável nesta função. A função que ele tem hoje é uma função meramente comercial, muito pouco relevante nas compras de mesa ainda com alguma relevância, que é o que salva os operadores que são os clientes dos restaurantes. É só ir lá falar com as pessoas.

Nós às vezes falamos das coisas sem sabermos. Como o Manuel Prior fez, eu já fiz, o Miguel Capão Filipe, o nosso Chefe de Divisão, nós falamos com as pessoas. Não está toda a gente de acordo. Mas também era o que mais faltava. Vivemos numa democracia. Mas vocês lembram-se quando nós em 2014/2015, tivemos o mercado fechado para obras? Instalámos uma ilha de peixe provisória no Manuel Firmino. Houve algum tumulto. Houve algum cidadão a queixar-se “o que chatice não tenho o peixe à porta”. Ouviram alguém queixar-se? Olhem, tivemos foi um problema diabólico quando foi para dizer aos operadores, bora para o mercado do peixe porque está pronto. Ninguém queria ir.

E ninguém queria ir por tudo. Porque as condições de trabalho e a atividade comercial é muito melhor no Manuel Firmino do que no José Estevão. Mas nós dissemos na altura, são mesmo o brigados a vir. Porque tínhamos o fundo comunitário, fizemos as obras, e se nós disséssemos, têm razão, não venham. A Câmara estava no estado em que estava e nós teríamos de devolver o fundo comunitário à procedência.

Alguém disse, já devíamos ter feito isto há muito tempo. Francamente sim. Mas na altura achamos ser esta a melhor solução. Eventualmente caía o Carmo e a Trindade. Hoje, alguém subscreveu a tese do Partido Comunista? Se subscreveram eu não ouvi nem li.

Eu respeito a posição do Partido Comunista, obviamente que respeito. Mas que ela não é representativa da vontade (e já nem vou dizer de uma maioria), mas da vontade de uma minoria minimamente existente, não há de facto. Não é, de facto. E sabem que esta Câmara não tem problema nenhum em defender causas difíceis. Nós não temos problema nenhum em defender causas difíceis, quando entendemos que é boa causa. Nenhum problema. Mas não é o caso aqui. De facto, não é o caso e há questões que também alguns de vocês referenciaram e que agradeço, ligadas à mobilidade, à redução de movimentos de cargas e descargas, do estacionamento que não é ilegal, mas que muitas vezes é abusivo porque a carga e descarga demora um bocado mais do que era preciso porque isso dá jeito e apareceu o cliente e preciso vender e a carrinha espera mais um bocado.

Toda a gente que vive aquele espaço sabe disto. De vez em quando cheira mal, pois com certeza que cheira. Porque não é possível por mais competente que os nossos funcionários sejam e globalmente são, que aquilo esteja todos os dias a 100%. Não é possível aquela tipologia de operação que ali existe não permite a possibilidade da limpeza absoluta a 100% de toda a matéria orgânica. Quando há calor sente-se um bocado mais quando há frio sente-se um bocado menos. Mas se cheirmos bem, sente-se quase sempre.

É neste quadro muito sério que nós tomámos esta opção. Devo dizer que foi, talvez não acreditem em mim, estão aqui os senhores vereadores que são testemunhas, talvez dos assuntos que nos últimos dois mandatos nós mais discutimos. Não é que tivesse diferenças de opinião. Tínhamos eram quadro de hipóteses, um quadro de cenários muito grande.

Desde poder ser edifício cultural, de ser tudo para a restauração, ser um grande restaurante. Nós discutimos uma série de soluções, uma série delas. A administração direta da Câmara. Se há matéria discutida foi esta. Ouvimos operadores, ouvimos empresários.

É evidente que este é o argumento normal da extrema-esquerda que é, quando não lhe fazem a vontade dizem que a gente não ouviu ninguém e não refletiu. Não é verdade, objetivamente. Agora este espaço podia ser mil coisas? Claro que podia ser mil coisas. Não falta para aí imaginação. Confesso, não me lembrei de pavimentar e aterrar o cais dos botirões.

A mim não me lembraria mesmo em exercícios de absurdo. Porque o dia só tem 24 horas e quando se autarca e se governa, enfim, o exercício do absurdo consome tempo e energia e é bom que a gente tenha o tempo e a energia para coisas mais úteis do que fazer o exercício do absurdo.

Gabriel o concessionário é o responsável pela dinamização. Neste concurso a qualidade da proposta que integra a dinamização vale 60%. Foi um daqueles concursos que nós quisemos elevar de forma clara, interessa-nos o que lá se vai fazer e não exatamente a renda, essa é a lógica. No entanto, nós câmara, como fazemos com outros concessionários às vezes, nós queremos interagir com eles. Nós podemos fazer propostas a um concessionário nosso de uma semana cultural do sei do quê. De uma semana gastronómica não sei do quê. Duma semana do fado, quer dizer. A relação de trabalho entre uma Câmara Municipal e um seu concessionário, seja lá do que for, é uma relação de equipa. Agora é a ele que cabe a obrigação. Nós só queremos ter 10 dias em que mandamos nós. E temos que mandar com tempo e daí os 60 dias. Era o que faltava não os ter de avisar a tempo. Dizer olhe três noites e três tarde é para o São Gonçalinho, um dia é para o Beira-mar fazer não sei o quê, outro dia é para a Câmara. É para ficarmos com esse poder. Agora, nós queremos o outro poder. O poder da boa relação e do trabalho de equipa com aquele que venha a ser o nosso concessionário.

E em relação a dinheiro nada. Portanto, como de toda a atividade cultural, ela própria, como os bares fazem em conserto e tal, é um instrumento de atração para a atividade comercial. E, portanto, não vamos pagar coisíssima nenhuma, salvo episódios como estes que acabei de referenciar e que nós acordemos para fazer a semana da água a ferver, pronto. Na semana da água a ferver nós pagamos os toalhetes, etc. esse tipo de episódios que poderá sempre

acontecer na relação de equipa e de trabalho entre a Câmara e o seu concessionário. Portanto

Uma nota ainda sobre o que disse o Pires da Rosa. Eu ouvi, como sempre, o meu amigo com atenção. E acho que a esmagadora maioria das suas preocupações estão cá, sinceramente. Vote contra, vote como quiser como é evidente. Era o que mais faltava. Mas a esmagadora maioria das suas preocupações estão cá!

Eu que falo com muitos candidatos a candidatos, espero, nesse tal processo que andámos a auscultar pessoas, porque nós gostamos de ouvir porque a cidade é feita por nós, de ouvir a cidade que é feita por nós. O município é feito por nós como líderes. Mas coitado do município se fôssemos só nós a fazer coisas, quer dizer. Andávamos aqui todos de tanga e a assar chouriça na grelha da berma da estrada. Nós somos uma terra feita pelas pessoas e tem uma Câmara que dá ajudas brutais.

Nós hoje somos um sucesso turístico e foi quê, os turistas que decidiram vir cá! Nós não temos um contributo? A política turística da Câmara tem contributo brutal. Quando chegámos à Câmara, isto era conhecido, pelos operadores turísticos dos moliceiros que andavam à porrada nos passeios uns com os outros. Da Câmara à porrada com os hoteleiros contra a taxa turística. Não se lembra disso? Pois é. É por isso que estamos a fazer um livro casa da malta que não se lembre. Depois irá ler o livro e está lá tudo contadinho e para memória futura, porque a memória dos homens perde-se. Olhe e vou oferecer um ao meu amigo (ouvem-se vozes)...

Sim, mas aquele não foi escrito por ele. Foi ordenado a uns funcionários que se revoltaram e depois dá o episódio, aquilo nem é um livro. É uma amálgama de textos absurdos, se é que ele leu. Eu tive o cuidado de o ler precisamente para perceber bem a herança que estava a ter.

Mas voltando à questão. Aquilo que nós estimulamos nos candidatos e esperamos deles é que na propositura da atividade que lá vão desenvolver, respondam a questões que o Pedro colocou. Nós quando referenciamos os quatro quiosques e aquela tipologia de organização (está lá escrito) é uma referência. Alguém vai propor organizar aquilo de outra maneira? Em vez de ter quatro, dois, oito, colocar à esquerda ou à direita. Aquilo que está desenhado no esquema que o Pedro mostrou é uma referência. Venham as propostas. Está a grelha de avaliação qualitativa para nós decidirmos. Portanto é neste quadro querer muito que os candidatos venham com coisas boas, que nós gostemos mais do que temos na nossa cabeça, alguns que até valorizem mais aquele espaço como uma vivência pública, seja ligada à cultura, seja ligada à história, enfim, o que cada um entender.

Parte das preocupações do Pedro Pires da Rosa, nós esperamos ter boas respostas nas candidaturas das empresas que venham ao concurso. Porque de resto, sinceramente, nós estamos aqui bem neste caminho e nos princípios e nos objetivos.

Estamos aqui completamente bem. Agora resolvemos também questões graves de salubridade, ambiência urbana, porque de facto, nós queremos e vamos continuar a manter aquilo como o mercado do peixe, chamar-lhe a Praça do Peixe. Mas aquilo já não é o mercado do peixe, já não é a Praça do Peixe no que respeita à vida substantiva. A memória dos povos guarda-se de muitas maneiras. Quando inaugurámos em Junho de 2015, fizemos lá uma exposição temática para lembrar a memória daquele espaço. Não me lembro de ter havido uma exposição sobre a história daquele edifício nas últimas décadas. Nós fizemos uma. Mas podemos repeti-la com mais qualidade para o ano, quando quisermos. Portanto o jogo de uma oferta de um território que tem uma oferta turística notável, diversa, como nós temos, vive da capacidade que tem de ser moderna, de honrar a sua história que conta histórias que é aquilo que os turistas querem consumir e de encontrar nessa relação, enfim, a capacidade de atrair os cidadãos pelas características únicas que só se encontram aqui neste território.

E é por aí que nós temos desenvolvido nosso trabalho e é por aí que vamos continuar a desenvolver o nosso trabalho.

Portanto, agradeço muito a ajuda, enfim, dos autarcas do Partido Social Democrata, do CDS e do PPM. Também do Partido Socialista nalgumas dimensões, embora com o reconhecimento das vossas dúvidas. Enfim, com discordância total das posições do Bloco de Esquerda e do PCP.

Dizia o Francisco Picado. Se formos à questão sentimental, temos que ter oposição é esta ideia! Nada de mais errado. O sentimento que há aqui é um sentimento profundo de dar vida, a uma coisa que teve passado, mas a vida que tem hoje não honra minimamente esse passado em nada.

E é exatamente esse sentimento, somando-lhe toda a racionalidade que aqui expusemos e que está na proposta obviamente, é exatamente por causa desse sentimento, que a gente diz, basta. Não dizemos “Chega” para não haver maus entendimentos naquilo que é o apoio do Chega. E agradecer também ao Gabriel o apoio que o Chega dá a esta proposta, mas só para não haver confusões, a gente diz basta.

Basta, no sentido de que esta tipologia de vida, daquele edifício teve o seu tempo. Agradecemos, registamos, frequentamos. Eu sou um frequentador não do mercado do peixe, mas sou cliente regular do mercado do peixe da parte de cima, do restaurante.

Queremos abrir um capítulo novo. Com todo o sentimento de quem quer honrar a história dum edifício fantástico, mas que está a precisar de uma vida nova, que por ser nova e ter qualidade, tem uma notável história. Obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal Francisco Picado (PS)⁰⁴²

Vogal Pires da Rosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴³

“Muito brevemente. A minha divergência tem só a ver com a Câmara. Eu sou a favor da concessão, sou a favor da requalificação do espaço evidentemente, respeitando a memória é evidente. Mas com certeza que será esse o objetivo. Nem imagino outra coisa. Aliás, era uma estupidez, não fazia sentido nenhum.

Mas com o que disse fiquei ainda mais preocupado! Que é a renda está lá. Mas o projeto pode vir com o acondicionamento de vários pontos, mas a renda está lá. São três mil não é. Mas se propuserem lá dez quiosquezinhos faça lá as contas ao negociozinho que vai fazer o concessionário em relação à renda dos três mil. O que eu acho não é a Câmara tenha que fazer administração direta daquilo.

A Câmara o que deveria ter feito e tem capacidade financeira para isso. Era ela própria assumir um projeto, implementava o projeto. O que a Câmara devia fazer era o senhor concessionário faça lá o projeto que nós damos-lhe um descontozinho nas rendas e põem isto a faturar. Só que é por dez anos! Não faz sentido rigorosamente nenhum nós caucionarmos isso. Ainda que vamos ter controlo sobre o desenho (mal era também), melhorzinho qualquer coisa, eu acho que o desenho que está sugerido é mau. Ele devia ter quiosquezinhos todos à volta, não há que inventar muito. É fazer uma coisa igual ao mercado de São Miguel e fazer uma coisa relativamente parecida à nossa escala. Eu até acho que o espaço de circulação é excessivo, devo dizer. No desenho que é apresentado só parecem ali meia dúzia de mesas.

Acho que perdemos aqui uma oportunidade de redimensionar o mercado porque a Câmara se quis escudar e não fazer ela própria o projeto e então preferiu entregar. Porque o que a Câmara fez mal foi, escondeu-se daquilo que tem a obrigação de fazer que é ela própria projetar e decidir que tipo de mercado é que quer, para que tipo de turista e para que tipo de política turística. E, portanto, o Senhor Presidente aqui não fez isso. Disse foi, apresentem-me lá propostas. O que é curto.”

Da Câmara Municipal
Presidente da Câmara:⁰⁴⁴

Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação⁰⁴⁵ o Ponto 3 – Apreciação e votação da proposta de concessão da gestão e exploração do Mercado José Estevão, em Aveiro, sendo a proposta aprovada por maioria, com trinta e três votos a favor (PSD18+CDS5+PPM1+CHEGA1+PS6+PAN2), zero abstenções, e quatro votos contra (PS1+BE2+PCP1).

Seguiram-se as declarações de voto:

Vogal Joana Lima (PCP)⁰⁴⁶

“Senhor Presidente, que a nossa intervenção seja considerada a declaração de voto.”

Vogal João Moniz (BE)⁰⁴⁷

“Senhor Presidente, que a nossa intervenção seja registada como declaração de voto.”

Vogal Pires da Rosa (PS)⁰⁴⁸

“Senhor Presidente, como as declarações de voto ficam todas transcritas eu também queria pedir que as minhas duas intervenções fiquem a constar como declaração de voto, que é feita obviamente a título individual.”

Concluída a Ordem do Dia, nos termos do número 3 e 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, o Presidente da Mesa⁰⁴⁹ colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da acta respeitante à Sessão Extraordinária, não se verificando oposição. Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções.

Submetida à votação foi aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente ata.

De seguida o Presidente da Mesa deu por encerrada⁰⁵⁰ a Sessão Extraordinária em Junho.

Eram 22:30 horas do dia 15 de Junho de 2022.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, nos termos do disposto no artigo 46.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, coordenador da subunidade orgânica de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(2:00)